

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem vindo a denunciar, reiteradamente, os abusos laborais, por parte de empresas do setor da vigilância privada, que se encontram a prestar serviços nos vários organismos do Estado, no seguimento de procedimentos concursais promovidos pelas tutelas.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda denunciou, em junho de 2022, após a Ronsecur ter ganhado o concurso lançado pelo Ministério do Trabalho para a prestação de serviços de vigilância em organismos que estão sob a sua tutela no Algarve, que os supervisores desta empresa estavam a ameaçar os vigilantes nos seus postos de trabalho, pressionando estes trabalhadores e estas trabalhadoras, e anunciando várias medidas que correspondiam a flagrantes violações dos seus direitos, desde logo, o não pagamento integral do valor do subsídio de férias e de Natal, a aplicação de horários de trabalho abusivos e ilegais, dizendo que o salário base seria com base na prestação de 192 horas mensais, que o pagamento do trabalho extraordinário seria “à parte” (ou seja, não declarado), pedindo que fossem fornecidos dados pessoais e relativos à sua relação laboral, como se se tratasse de uma nova contratação.

Cerca de 70 trabalhadores foram alvo de uma pressão inaceitável no exercício de funções para organismos sob a tutela do Ministério do Trabalho no Algarve, vendo direitos básicos colocados em causa, nomeadamente o respeito pelo horário de trabalho e o pagamento integral do seu salário. Foi a denúncia destes trabalhadores e destas trabalhadoras e a pressão feita junto do Governo que obrigou a empresa a recuar e a cumprir os seus direitos laborais.

Um ano após a denúncia destas práticas, os vigilantes no exercício de funções para organismos do Ministério do Trabalho no Algarve são confrontados com novas violações dos seus direitos laborais por parte da Ronsecur. De acordo com as denúncias que chegaram ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, a empresa assume práticas como: a marcação de faltas justificadas sem direito a remuneração nos dias feriados em que os clientes encerram, a falta de pagamento na íntegra do subsídio de alimentação para quem trabalha a part-time, pagamentos não declarados a partir das 200 horas mensais e pagamentos sucessivos abaixo do valor legal

das horas extraordinárias.

Perante este incumprimento dos direitos destes vigilantes, foi realizada uma reunião entre o STAD – Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas e a Ronsecur, tendo a empresa assegurado que iria regularizar todas as situações denunciadas. No entanto, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem conhecimento de que estas situações se mantêm inalteradas com graves prejuízos para estes trabalhadores e para estas trabalhadoras.

Com estas imposições à margem da lei, a empresa pretende impor trabalho extraordinário não declarado e pago abaixo do valor legal e suprimir parte do salário aos vigilantes, como acontece quando marcam faltas justificadas aos vigilantes, porque os organismos estão encerrados. Um abuso inaceitável, que o Ministério pode e deve travar desde já, exercendo o seu poder contratual com a empresa e impedindo que esta ilegalidade se concretize e exigindo que a retribuição retirada indevidamente aos vigilantes seja paga de imediato.

A situação dos vigilantes que exercem funções em organismos do Ministério do Trabalho no Algarve é um caso de prática reiterada de abusos laborais, por parte da empresa concessionária, Ronsecur, e que são do conhecimento do Governo. A Ronsecur é uma empresa que continua a prestar serviços para organismos tutelados pelo Estado, apesar do histórico – de conhecimento público -, de sucessivas práticas de desrespeito dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Recorde-se que, no âmbito do anterior concurso para a adjudicação deste serviço de vigilância nestes mesmos organismos, em dezembro de 2019, perante o desrespeito gritante dos direitos laborais e depois de meses de denúncia e mobilização dos trabalhadores, o Ministério do Trabalho cessou, em novembro de 2020, o contrato com uma das empresas.

Ficou demonstrado, como o Bloco de Esquerda sempre defendeu, que o Governo pode e deve impor o cumprimento da lei às empresas que contrata, nomeadamente a lei laboral. É isso que se espera na execução deste contrato. Perante estas pressões e ameaças, o Ministério deve exigir de imediato à Ronsecur o integral cumprimento dos direitos laborais, assim como às restantes empresas contratadas para todo o país.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Que diligências tomou ou pensa tomar o Ministério, de modo a garantir que os direitos laborais dos vigilantes são respeitados?
3. Pretende o Ministério atuar, desde já, de modo a assegurar que os vigilantes veem os seus direitos laborais cumpridos, como o pagamento imediato da retribuição que foi retirada através da marcação indevida de faltas justificadas, com perda de retribuição, e ainda o pagamento integral do subsídio de refeição, e o cumprimento das disposições legais referentes ao trabalho extraordinário?
4. Está o Governo disponível para fazer valer a sua posição contratual junto da empresa e impor o cumprimento integral da lei e dos direitos laborais, como já aconteceu no passado, sob pena de cessação do contrato com a Ronsecur por sucessivos incumprimentos contratuais?

Palácio de São Bento, 21 de novembro de 2023

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)